

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.233 - MT (2019/0102923-9)**

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**RECORRENTE** : ALEF FERNANDES NOGUEIRA DE ABRAO (PRESO)  
**ADVOGADO** : VITOR HUGO DA CRUZ SANTOS - MT021852  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por ALEF FERNANDES NOGUEIRA DE ABRAO em face do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso que denegou *writ* de origem, assim ementado (fls. 1008/1009):

HABEAS CORPUS - PACIENTE FOI PRESO, PROCESSADO E SENTENCIADO - ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES - NEGADO O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - ALARDEADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO QUE RESTA SUPERADO COM A PROLAÇÃO DO ÉDITO CONDENATÓRIO - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 52 DO STJ - PRETENSÃO RECORRER EM LIBERDADE, COM IMPOSIÇÃO DAS MEDIDAS ALTERNATIVAS - DECRETO CONSTRITIVO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - PERICULOSIDADE SOCIAL DO PACIENTE E A PROBABILIDADE REAL DE REITERAÇÃO CRIMINOSA - PACIENTE REINCIDENTE - EFEITO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA - MEDIDAS CAUTELARES NÃO PRISIONAIS (ART. 319 DO CPP) NÃO SE MOSTRAM SUFICIENTEMENTE ADEQUADAS E PROPORCIONAIS - ORDEM DENEGADA.

Consta dos autos condenação pela prática dos delitos tipificados nos arts. 157, § 2º, I, II, III, c/c o 70, ambos do CP, e 244-B, da Lei 8.069/90, às penas de 7 anos, 6 meses e 21 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 65 dias-multa.

A defesa busca o direito de que o réu possa recorrer em liberdade, sob o argumento de estarem ausentes fundamentos idôneos para manter a prisão, sendo possível a aplicação de medidas alternativas.

Liminar indeferida às fls. 1049/1051.

Prestadas as informações (fls. 1055/1067 e 1071/1136), manifestou-se o Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso (fls. 1139/1143).

É o relatório.

DECIDO.

Busca o recorrente o direito de recorrer em liberdade, sob o argumento de estarem ausentes fundamentos idôneos para manter a prisão, sendo possível

a aplicação de medidas alternativas.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A sentença está assim fundamentada (fls. 980-982):

[...]. Deixo de conceder ao sentenciado a o direito de recorrer em liberdade, **por entender que subsiste um dos motivos que alicerça o encarceramento cautelar, qual seja a garantia da ordem pública, já que ele responde outros processos criminais, conforme se deflui do extrato de processos impressos do Sistema Apoio e imbricado às fls. 269/270, o que leva à crença de que sendo solto poderá voltar a delinquir.**

Faço constar que a garantia constitucional da presunção de inocência, tal como preconiza o Enunciado de Súmula nº. 09 do Superior Tribunal de Justiça, não impede a recomendação do réu na prisão em que se encontra para apelar da sentença, se presentes os pressupostos que legitimam a constrição antecipada do acusado.

[...]

Diante desse entendimento e levando em consideração que o réu respondeu ao presente feito detida cautelarmente, uma vez condenado, com maior razão, assim deverá permanecer, já que soltura do Acusado, no meu sentir, traria intranquilidade à comunidade.

Assim, por garantia da ordem pública, indefiro-lhe o direito de apelar em liberdade e RECOMENDO-O na prisão em que se encontra. [...]

Assim como evidenciado, foi apontada a reiteração para manter a prisão preventiva, explicitada nas circunstâncias fáticas, pois *por entender que subsiste um dos motivos que alicerça o encarceramento cautelar, qual seja a garantia da ordem pública, já que ele responde outros processos criminais, conforme se deflui do extrato de processos impressos do Sistema Apoio e imbricado às fls. 269/270, o que leva à crença de que sendo solto poderá voltar a delinquir*, deve ser considerado argumento válido para a segregação.

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: RHC 102.474/PI, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 08/03/2019; AgInt no HC 478.325/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 01/02/2019; HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime

– Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

